

# MAGISTÉRIO PRIMÁRIO: PROFISSÃO FEMININA, CARREIRA MASCULINA

Zeila de Brito Fabri Demartini  
Centro de Estudos Rurais e Urbanos — CERU—USP

Fátima Ferreira Antunes  
UNICAMP  
Centro de Estudos Rurais e Urbanos — CERU—USP

---

## RESUMO

Nestas considerações procura-se, inicialmente, registrar, com base em trabalhos anteriores, como a mulher vai entrando para o magistério primário e tornando o exercício dessa profissão predominantemente feminino já na virada do século, em São Paulo. Em seguida, procura-se mostrar, a partir de relatos orais e outros documentos, como a maioria feminina não está representada nos postos de controle e de formação de novos profissionais, que continuam a ser ocupados por homens.

PROFESSORES/AS — RELAÇÕES DE GÊNERO

## ABSTRACT

In these considerations, we have initially tried to register, based on previous works, how women get into elementary teaching and how they have turned this career into a female job domain, since the end of the century, in São Paulo. Following, we try to show, based on verbal reports and other documents, how the female majority is not represented in positions of control and upbringing of new professionals. These positions are still taken by men.

Durante o período colonial, a mulher brasileira esteve afastada da escola. Os colégios e escolas elementares mantidos e administrados pelos jesuítas destinavam-se apenas aos homens. Às mulheres cabia aprender e dedicar-se a tarefas ditas "próprias ao seu sexo": costurar, bordar, lavar, fazer rendas e cuidar das crianças. Timidez e ignorância eram suas principais características (Campos, 1985. p.56). Somente após a Independência é que essa situação começou a mudar.

Pela Lei de 15 de outubro de 1827, a mulher adquiriu o direito à educação, através da criação de escolas de primeiras letras para meninas. Com isso também surgiram as primeiras vagas para o sexo feminino no magistério primário, e sua possibilidade de instrução foi ampliada. Contudo, essas mudanças também tiveram por efeito acentuar a discriminação sexual (Bruschini, Amado, 1988. p.5).

Havia diferenças de currículos que implicavam diferenças salariais, uma vez que se ganhava por disciplina lecionada e algumas delas não eram permitidas às mestras. Assim, de acordo com o Artigo 6º da Lei de 1827: "Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais gerais de geometria pratica, a gramatica de lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostólica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brazil". Quanto ao trabalho das professoras, o Artigo 12º previa o seguinte: "As mestras, alem do declarado no art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução de arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7º" (apud Lima, 1974. p.80 e ss.).

Por ocasião da criação das primeiras Escolas Normais, um projeto de lei de 1830 determinava que no magistério primário das escolas públicas dar-se-ia preferência às mulheres (Moacyr, 1937. vol.1, p.229). No entanto, todas as Escolas Normais criadas recebiam apenas o público masculino. Campos (1989a. p.8) aponta nesse caso a existência de uma contradição nos valores então vigentes: "... de um lado, o sexo feminino encontrava dificuldades consideráveis de acesso ao ensino, pois a educação formal não era considerada necessária para as funções que iria desempenhar na sociedade; por outro lado, o exercício da atividade docente, especialmente no que se refere às crianças, era visto como sendo função própria das mulheres, para a qual tinham habilidades inatas".

## A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

Com o passar do tempo — já nos últimos anos do Império —, a situação se alterou e, pouco a pouco,

as mulheres foram sendo admitidas na Escola Normal e acabaram por transformá-la num espaço predominantemente feminino.

Durante o Império, o ensino secundário era propedêutico e destinava-se àqueles que pretendiam prosseguir os estudos em nível superior, sendo que este último não era permitido às mulheres. A Escola Normal, então, passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, de as mulheres prosseguirem seus estudos além do primário. Ela abrigou tanto mulheres que pretendiam lecionar efetivamente, como outras que buscavam apenas dar continuidade aos estudos e adquirir boa formação geral antes de se casarem (Bruschini, Amado, 1988. p.5).

Em São Paulo, a mulher só teve real acesso à Escola Normal em 1875, com a criação de uma seção feminina anexa ao Seminário das Educandas. Apesar do Regulamento de 7 de janeiro de 1845 prever que órfãs educandas se destinassem ao magistério primário, e apesar de uma outra determinação que mais tarde criaria uma Escola Normal feminina anexa ao mesmo Seminário das Educandas, essas iniciativas nunca foram concretizadas.

Em 1880, deu-se a reabertura da Normal de São Paulo (a escola fora fechada em 1878 por falta de verbas). A partir de então, as aulas passaram a ser mistas, mas havia entradas diferentes para moças e rapazes. O número de matrícula geral dos alunos de 1º e 2º anos era 61, dos quais 29 eram mulheres. O curso anexo recebeu 127 matrículas, 55 rapazes e 72 moças, sendo que no 1º ano havia 24 moças para 20 rapazes. A considerar esses números, nota-se a partir daí o começo da feminização da freqüência na Escola Normal de São Paulo (Rodrigues, 1930. p.112).

Posteriormente, em 1884, o diretor interino da Normal, Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, mostrou-se desfavorável às aulas mistas, alegando que elas atentavam contra os costumes e dificultavam a manutenção da ordem e da disciplina. Afirmava também que: "... elle [o sistema de aulas mistas] é inconveniente mesmo para o ensino que, sob o ponto de vista do methodo, não pôde ser identico para alunos de um e outro sexo, em razão da diversidade de seu desenvolvimento intellectual" (apud Rodrigues, 1930. p.130).

Nessa mesma direção, Campos (1990. p.8) comenta um discurso de 1886 do Conselheiro João Alfredo, onde criticava a organização da Escola Normal e a falta de um caráter pedagógico apropriado. Segundo ele, "o mal da improficuidade" seria "agravado pelo vicioso sistema misto que se lhe deu". Mais adiante, o Conselheiro defendia uma formação intelectual mais ampla da mulher e o fim dos preconceitos quanto ao trabalho feminino, atitude que destoava da exposta anteriormente. Diante disso, Campos conclui que a resistência à coeducação dos sexos decorria muito mais da crença numa diferença de fato entre homem e mulher, do ponto de vista da personalidade e das capacidades, do que de uma vontade de manter a mulher presa ao lar.

No final do século passado, algumas correntes de pensamento que discutiam a existência de diferenças "naturais" entre os sexos, tais como caráter, temperamento e tipo de raciocínio, acabaram influenciando todas as medidas adotadas na área educacional, acentuando ainda mais os preconceitos e a ordem estabelecida. Segundo essas correntes, a mulher, e apenas ela, era biologicamente dotada da capacidade de socializar crianças, como parte de suas funções maternas. E, sendo o ensino na escola elementar visto como extensão dessas atividades, o magistério primário passou a ser encarado como profissão exclusivamente feminina (Bruschini, Amado, 1988. p.5).

Campos (1990. p.11) relaciona as seguintes explicações para a feminização do magistério primário ainda no final do século passado: a necessidade de prover muitas escolas preliminares e de se dar destino às órfãs educandas que não se casavam. Ainda que este último elemento seja de importância duvidosa — afinal, o número de órfãs seria tão elevado assim que demandasse providências desse tipo? —, o fato é que demonstrava o pouco valor atribuído à profissão. A mesma autora acrescenta outros dados: a iniciativa teria sido reforçada devido aos bons resultados obtidos inicialmente e ao salário pouco compensador que era pago aos professores, afastando os homens e criando mais oportunidades para as mulheres.

O salário certamente foi uma das prováveis causas do pouco estímulo dos homens postulantes à carreira. Pode-se considerar também que o aumento da urbanização e o movimento econômico em torno da cultura do café ainda no final do século passado poderiam ter contribuído para a ampliação do mercado de trabalho masculino, afastando os homens do magistério. Observando-se o quadro numérico dos professores diplomados pela Escola Normal da Capital (Livro, 1931), vemos que, a partir de 1895, as moças suplantaram definitivamente em número os rapazes na Normal (15 e 9 formandos, respectivamente). É provável que isso se deva à reforma implantada no ano anterior, que ampliara o curso de três para quatro anos e o tornara ainda mais desinteressante para os homens; com a extensão do Normal, estes teriam de investir mais tempo no preparo para uma carreira que não lhes acenava como promissora.

O fenômeno da feminização da Escola Normal, segundo Campos (1989a. p.30), teria resultado da combinação de dois movimentos diferenciados: por um lado, houve uma transformação nos valores e as mulheres ganharam maior espaço na sociedade; por outro lado, notava-se a permanência de certos padrões básicos de comportamento. Em função disso, a entrada das mulheres no magistério reforçou a imagem de que a docência seria uma ocupação de segundo nível ou complementar. E ainda por se tratar de uma atividade mal remunerada, atraía, em muitos casos, os que podiam exercê-la como atividade paralela, os que contavam com o apoio financeiro da família ou então aqueles que não haviam encontrado uma ocupação mais bem remunerada.

Mas, uma vez integradas ao magistério, as mulheres sentiam o peso do preconceito em relação ao trabalho feminino entre o próprio professorado. Apesar de representarem a maioria absoluta<sup>1</sup>, as professoras levavam desvantagem em relação aos professores em termos de carreira e remuneração. À época do Inquérito de 1914, o Prof. Oscar Thompson, então diretor da Escola Normal da capital, sugeria o estabelecimento de novos critérios para o escalonamento salarial dos professores, que, segundo ele, deveriam obedecer à seguinte ordem: 1. a localização da escola; 2. a categoria da escola; 3. a série em que o professor lecionava; 4. o sexo do professor. Quanto à inclusão deste último item, o Prof. Thompson assim se justificava: "É sabido que o professor tem maiores responsabilidades civis que a professora. O professor é sempre o chefe da família. Pesam exclusivamente sobre seus ombros as obrigações do lar. A professora é em regra casada e com o esposo divide o peso dos encargos de família. Raras vezes a professora é, entre nós, a responsável pelas despesas domésticas. Não é justo, pois, que ambos, em posições diversas, percebam os mesmos vencimentos. Não pretendemos com isto a discriminação dos honorários das professoras, mas desejamos que se algum aumento for possível ele seja em benefício dos professores".

Outros entrevistados do Inquérito constatavam com pesar que o magistério estava se tornando uma profissão predominantemente feminina e acreditavam que os baixos salários estavam na base do problema. Os homens, em virtude de sua condição de "chefe de família", tendiam a procurar profissões mais rentáveis. "Se às professoras bastam os atuais vencimentos, é incontestável a sua deficiência para os professores. A redução de alunos de ano para ano nas normais e o progresso crescente de moças, evidenciam a justiça da observação" (Prof. Mariano de Oliveira — inspetor escolar). No mesmo sentido se pronunciava o Prof. Azevedo Antunes: "Inútil seria dizer que justamente os bons elementos são os que deixam o magistério mais depressa. O número de professores tem diminuído sensivelmente, enquanto que a quantidade de professoras aumenta em prejuízo do ensino. Por outro lado, dentro do mesmo quadro, temos professores ganhando ordenados diversos e com as mesmas atribuições. Que os nossos economistas reflitam sobre isso e con-

1 O Censo Demográfico de 1920 acusava, em todo o estado de São Paulo, um total de 8.757 mulheres brasileiras dedicadas ao magistério, sem diferenciação de graus de ensino e tipos de escola. Esse número representava 72,5% do conjunto dos professores de nacionalidade brasileira. Em relação ao total de professores do estado, sem distinção de nacionalidade e de grau de ensino lecionado, as mestras somavam 9.613 (65%). É interessante notar que essas proporções eram inversas para o professorado de origem estrangeira. Neste caso, havia 1.790 (67,6%) homens para 856 (32,4%) mulheres. Que valor teria o magistério para esses professores? Seria visto como profissão "digna" para o homem? Seria visto como meio de integração e ascensão social na nova sociedade?

sigam um meio de harmonizar os interesses do Estado da instrução com as necessidades do professor”.

Já o Prof. Pinto e Silva lançava novas luzes sobre o sistema de escalonamento salarial de Oscar Thompson, pronunciando-se contra a discriminação sexual entre o próprio professorado e a favor dos direitos das professoras: “Seria uma iniquidade estabelecer distinção de sexos para a classificação dos ordenados, favorecendo-se mais o professor que a professora. Por mais que cogitemos, não encontramos um argumento de valor que justifique semelhante idéia. Pelo contrário, bem discutida a questão é mais provável que se torne favorável à professora” (Inquérito de 1914).

A concepção de que os salários das mestras podiam ser inferiores aos dos professores, justificados por seu caráter secundário ou por serem complementares à renda familiar, ajudou a sedimentar a imagem do magistério como “ocupação ideal para mulheres” e a legitimar, com o passar dos anos, o crescente empobrecimento da categoria (Bruschini, Amado, 1988. p.7).

Outro elemento fundamental para a feminização do magistério foi o conceito de vocação: “Historicamente, o conceito de vocação foi aceito e expresso pelos próprios educadores e educadoras, que argumentavam que, como a escolha da carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas. Ligado à idéia de que as pessoas têm aptidões e tendências inatas para certas ocupações, o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente” (Bruschini, Amado, 1988. p.7).

As chamadas diferenças “naturais” entre os sexos, somadas ao conceito de vocação, foram incorporadas ao discurso sobre a importância do trabalho feminino, que se associou ao discurso dominante sobre o não-trabalho da mulher<sup>2</sup>. Nesse sentido, um bom exemplo é o discurso proferido pelo Prof. José Feliciano, catedrático da Escola Normal da Capital, durante a cerimônia de inauguração do edifício da Praça da República em agosto de 1894:

“Senhores, e sobretudo excellentissimas senhoras!

A instrução primária é uma usurpação ao sacratíssimo mister de Esposa e Mãe.

Depois que a dignidade feminil foi esboçada pela antigüidade polytheica, depois que foi completada pelo catholicismo, medievo, e foi por fim definitivamente systematizada pela philosophia, pela politica positiva, — não há mais duvidar que á Mulher cabe a instrução primaria das crianças, não há mais discutir que das Mães depende a formação em geral dos cidadãos futuros. Systema social em que tal missão for menosprezada, é impossivel subsistir, demanda prompta e total regeneração. A mulher, assim, é parte de todo poder espiritual, indispensável á direção da sociedade.

(...)

E vós, excellentissimas senhoras, a quem o Passado já collectivamente aureolou como — a melhor porção da Humanidade!

Vós, em cujos intimos coroaveis palpita um coração de Mãe, um coração de Esposa, um coração de Filha —, sabeis que a vós impede hoje o melhor esforço em prol da regeneração de nossa especie. Preparando-vos para tomar a vossos santos cuidados a cultura completa de vossos filhos, a instrução primeira dos tenros novedios que tanto deveis estremecer, preparando-vos para ser Mães integraes, Mães educadoras, para ser verdadeiras Mestras, hão de bendizer-vos os seculos por vir, e haveis de colher os fructos, cujo sabor divino é para algumas egregias apreciarem” (apud Rodrigues, 1930. p.354).

Outra razão para a escolha do magistério pelas mulheres é apontada por Bruschini, Amado (1988. p.7): o fato de poder conciliar as atividades profissionais e domésticas, devido à curta jornada de trabalho e às férias escolares. Além disso, o magistério público oferecia a estabilidade no emprego e outros benefícios, diferentemente das escolas particulares, ao menos no começo do século.

A profissionalização do magistério acompanhou seu movimento interno de feminização. Nesse processo, o magistério primário se consolidou não apenas numericamente como profissão feminina, mas como única profissão respeitável e única forma institucionalizada de emprego para as mulheres de classe média até o final da década de 30. Posteriormente, com o crescimento econômico do país, novas opções profissionais se abriram às mulheres e, em muitos casos, se firmaram também como atividades essencialmente femininas (secretárias, enfermeiras etc.).

## A CARREIRA RÁPIDA DOS PROFESSORES HOMENS

Se há uma unanimidade entre os autores quanto à feminização do magistério primário, são poucos entretanto os que analisam as condições em que esta atuação das mulheres se dava. Isto é, ingressando como professoras no sistema educacional, e constituindo já na Primeira República a maioria dos agentes atuantes em todo o estado de São Paulo, estariam elas também representadas em todos os postos de controle e de formação de novos profissionais? A ascensão a estes postos ocorreu simultaneamente à feminização da profissão?

Não pretendemos aqui realizar uma análise detalhada desta questão, mas contribuir para a sua discussão com alguns elementos por nós obtidos na pes-

2 Cacouault (1987. p.109), estudando a realidade francesa, afirma que a imagem do magistério como profissão feminina se tornou lugar-comum como uma forma de resolver as contradições do duplo papel: a mulher-mãe e a mulher-educadora (esta com uma atividade externa).

quiza “O magistério primário no contexto da Primeira República”, em que recorremos aos relatos de professores (mulheres e homens) que se formaram e lecionaram em escolas primárias nas primeiras décadas deste século. Essas memórias, em sua quase totalidade, foram coletadas durante a realização de duas pesquisas: uma com professores que deram aula para populações rurais no interior do estado, e outra com professores de escolas da capital.<sup>3</sup> A distribuição das entrevistas acabou acompanhando a própria realidade da época: entrevistaram-se muito mais mulheres que homens, já que estes eram, então, em número muito menor no magistério. Do total de 41, tem-se apenas 8 homens: 4 formados na capital, 4 no interior. Entre as mulheres, tem-se 14 formadas na capital, 19 no interior do estado. Assim, embora sem definição prévia, houve uma distribuição equitativa entre relatos de homens e de mulheres na capital e no interior.

São mais de quarenta homens e mulheres falando de suas vidas, e das direções que assumiram após terem iniciado suas atividades como professores primários. Cada história tem suas especificidades, e é quase impossível querer encaixá-las em padrões de uniformização. Mas foi possível percorrer esses relatos e deles tentar extrair aquilo que poderiam apresentar de comum ou de divergente. As reflexões que se seguem, assim como algumas trajetórias que apresentamos sucintamente, são resultado do trabalho de análise de cada história de vida em sua totalidade, comparando-as depois entre si.

Marca comum nas trajetórias dos professores — homens — formados no interior e na capital é a diversidade de postos e de atividades pelos quais passaram ao longo de suas vidas; uns atuando mais dentro do próprio sistema educacional público paulista, outros desenvolvendo atividades paralelas.

Analisando mais atentamente, podemos notar que para quase todos a permanência como professor primário dentro da sala de aula representou um curto período de suas trajetórias profissionais: logo depois que iniciaram suas atividades foram promovidos a diretores, ou convidados para assumirem cargos técnicos no próprio sistema educacional.

Como comenta um deles, não havia dificuldades para conseguir promoção naquela época:

*“Saí de professor de escolas reunidas e fui para diretor de escolas reunidas. A promoção era dada pelo Estado. Era um investimento. Ele propunha... Era fácil! Ih! era a coisa mais fácil! Muitas vezes o inspetor me ofereceu: ‘O senhor não quer ser diretor de escolas reunidas de tal lugar, assim, assim?’ Então, a gente era promovido.”*

Entre os professores formados no interior, observamos que três deles tanto passaram para postos mais elevados no magistério e para cargos técnicos como procuravam complementar seus vencimentos exercendo atividades nem sempre relacionadas ao ensino.

Vejamos alguns aspectos de experiências de cada um.

Um deles, formado em 1914 pela Escola Normal de Campinas, ingressou como professor de escola isolada, aí permanecendo durante 4 anos; foi em seguida nomeado para professor de Escolas Reunidas, e nomeado diretor de escola quando estas foram transformadas em Grupo Escolar. Também foi nomeado por uns tempos professor de educação de uma Escola Normal em Santa Cruz do Rio Pardo. Tendo sido removido para São Paulo, ficou adido ao Departamento de Educação e depois de um ano ou dois estava exercendo as funções de inspetor das Escolas Normais e Ginásios, tendo-se efetivado nesse posto. Foi durante muito tempo diretor do Serviço de Medidas e Pesquisas Educacionais. Em seus relatos, chama freqüentemente a atenção para a coerção que existia do poder político sobre os professores (o que a seu ver os tornava menos eficientes) e como ao longo de sua carreira suas promoções e remoções sempre se ligaram a decisões das autoridades escolares e do mandonismo local: tanto foi indicado para diretor, porque o inspetor que visitou sua escola achou que trabalhava muito bem, como também foi, mais tarde, removido contra sua vontade porque um outro inspetor escolar desejava para outra pessoa o posto que ocupava. Este professor, que fez rapidamente carreira dentro do sistema educacional, trabalhava também como dentista.

Outro professor, formado em 1917, tendo estudado em Botucatu e Guaratinguetá, ingressou por concurso de notas em uma escola masculina do litoral, e logo passou a substituir a direção da escola, permanecendo aí durante 4 anos. Em seguida, em 1923, foi nomeado, por política, diretor de um Grupo Escolar, e em 1929 foi comissionado para um cargo em São Paulo, tendo depois sido nomeado para outras escolas dessa cidade, até tornar-se inspetor escolar e depois delegado de ensino, por concurso, cargo em que se aposentou. De carreira igualmente rápida, este professor também procurou durante muito tempo complementar seus salários dando aulas fora da rede pública, para o SENAI.

Atividades paralelas, como a de fazendeiro, também marcam a trajetória do professor que se formou em Pirassununga, em 1921, e que, além disso cursou mais tarde Odontologia. Depois de formado, foi logo convidado para trabalhar no Paraná, como professor e diretor de Grupo Escolar, ao mesmo tempo. Depois, esteve em Curitiba ajudando a organizar o Curso Normal, de onde voltou para São Paulo, em virtude de desentendimentos. Foi então nomeado pelo Secretário da Educação para uma escola do interior, e como, segundo ele, tinha muita experiência no ensino, o seu percurso se fez rapidamente, tendo sido logo indicado

3 O primeiro estudo realizado com professores do interior intitulava-se: “Velhos mestres das novas escolas — um estudo das memórias de professores da Primeira República em São Paulo” e o estudo com professores da capital: “Memórias de velhos mestres na cidade de São Paulo e seus arredores”. As memórias dos professores foram obtidas através de entrevistas abertas em que cada um falou sobre sua vida e suas experiências educacionais.

para a administração de um Grupo Escolar e professor de Escola Normal. Participou das revoluções e esteve preso bastante tempo na Ilha Grande, de onde voltou para continuar a exercer suas atividades docentes. Em São Paulo, trabalhou no serviço encarregado das construções escolares do estado. Em seus relatos, destaca o bom relacionamento que tinha com dirigentes do estado.

Entre os professores formados na capital, também notamos essa sucessão de promoções e ascensão na carreira e no sistema educacional. Um deles, formado em 1919, na Escola Normal da Praça como os demais, ingressou com 20 anos em escola isolada do interior mediante concurso de notas, mas depois de 4 anos já havia sido nomeado diretor de Escolas Reunidas; aos 26 anos, já era diretor de Grupo Escolar, aos 31 inspetor escolar e aos 40 tornou-se delegado de ensino. É interessante chamar a atenção para alguns aspectos muito enfatizados pelo entrevistado ao longo de toda a sua fala: as fortes interferências políticas nas carreiras do magistério, as promoções e remoções de inspetores, delegados e diretores para favorecimento ou por perseguição; e, principalmente, o reconhecimento de como era fácil aos homens irem assumindo esses postos, mesmo sem especialização.

Outro professor, também formado na Escola Normal da Praça em 1920, começou a substituir um professor, em 1921, no G.E. de Santa Cruz do Rio Pardo, mas logo em seguida foi convidado por um delegado de ensino para assumir uma vaga, com a condição de divulgar o escotismo no interior. Já em 1923 foi trabalhar como diretor das Escolas Reunidas de Itajobi, depois adjunto de Grupo Escolar em Mirassol, e, como havia várias ofertas de vagas que significavam promoções na carreira, removeu-se para Santa Cruz como adjunto e diretor de Grupo Escolar, tendo também exercido as funções de professor da Escola Normal Livre. Em 1931 prestou concurso para professor fiscal de Escola Normal Equiparada e para professor universitário.

Houve um outro professor, formado em 1918, que, tendo servido como auxiliar durante algum tempo, resolveu em 1920 pedir vaga no Palácio do Governo, e escolheu o local mais distante (Santo Antonio da Alegria). Depois de 8 meses já foi removido e promovido pelo inspetor para as Escolas Reunidas de Espírito Santo do Rio do Peixe, como diretor. Conseguiu em seguida promoção para o Grupo Escolar da cidade, depois passou a diretor de vários outros locais do interior, até ser removido para o G.E. do Arouche, na capital, e mais tarde assumir um cargo de direção no antigo DRHU. Prestou concurso para inspetor escolar e delegado de ensino, chegando assim aos cargos mais elevados da carreira do magistério.

E, finalmente, destacamos um professor que se formou no final da década de 20, e também logo assumiu outras atividades na rede e fora dela: tendo sido convidado por Lourenço Filho para trabalhar no Colégio Rio Branco (particular), foi para a filial de Cantanduva, mas logo que voltou para São Paulo foi substituir o mestre na Escola Normal da Praça; depois

foi para o cargo vago de encarregado do gabinete de Psicologia Experimental (mais tarde Serviço de Assistência Técnica de Psicologia), e quando este foi extinto, acabou nomeado professor do Colégio Universitário. Durante essa trajetória, exerceu ainda o cargo de secretário particular de Fernando de Azevedo na Diretoria do Ensino, em 1933, e durante muito tempo dirigiu uma "Página de Educação" no *Diário de São Paulo*, além de trabalhar para a Companhia Editora Nacional nas "Atualidades Pedagógicas" e lecionar em faculdades particulares.

Do conjunto desses homens entrevistados, formados na capital e no interior, de carreiras diferentes mas todas de ascensão rápida, distinguiu-se um deles, que, embora tendo também chegado a diretor de ensino médio, comenta em seus relatos como para ele foi mais difícil do que para seus colegas subir na carreira: de origem rural, ingressou no Curso Normal muito jovem, e, formando-se em 1916 em Piracicaba, voltou para sua região, Mairinque, como substituto. Logo depois, prestou concurso para professor de escola masculina, muito distante da sede do município, tendo sido em 1920 removido para as Escolas Reunidas em Mairinque e depois para o Grupo Escolar de Sorocaba, onde começou também a dar aulas em escolas particulares para ganhar mais e sustentar a família. Só muito tempo depois, é que passou para o ensino secundário como professor (década de 40), e, quando estava para se aposentar, tornou-se diretor de ensino médio. O seu relato mostra a dificuldade em conseguir os convites que, segundo ele, eram mais frequentes para outros colegas.

*"... o meu caso, por exemplo, porque eu achava que não tinha ninguém que me protegesse na vida. Não tinha mesmo. Eu tive colegas, que tinham parentes professores e autoridades no ensino, e que passaram na minha frente rapidamente, e isso e mais aquilo, o Alfredo Fogaça, não sei que mais, quando via era delegado de ensino; André Pinto Sampaio Neto, quando eu via, era inspetor escolar, e tal e tal; ... todos os meus colegas, não é. Eu ficava meio enciumado, até, digo, por que, será que eu não dou pra coisa? (rindo). Não tinha ninguém. Ninguém para me proteger, nem autoridade, nem essas coisas, nada, você sabe como é, todos protegem afilhados, não é!? Os afilhados, os parentes, os amigos... E depois o magistério, naquele tempo, era constituído de quase que só muitas famílias. E davam os cargos entre si, davam para o governo, e quem não era nada disso, ia ficando, não é, ia ficando, ficando."*

Exceção à regra da ascensão masculina rápida na carreira, o caso deste professor, comparado aos demais, nos leva a pensar que, se era mais fácil aos homens terem suas qualidades reconhecidas pelos inspetores também homens, essas promoções não eram oferecidas a qualquer um. Devia-se apresentar "qualidades" outras além das pedagógicas e do fato de ser homem. É provável que no jogo do mandonismo político fortemente vigente no estado nesse período, e bastante atuante no sistema educacional (De-

martini, 1989) — o poder exercido pelos coronéis e “delegado” de alguma maneira às autoridades escolares —, seriam mais bem vistos os homens do que as mulheres. Afinal, os coronéis eram homens. Mas selecionavam-se os homens que podiam contar com melhores relacionamentos, embora fossem, todos eles, de origem mais ou menos modesta.

De qualquer maneira, pode-se supor que para os professores homens as facilidades de promoção e ascensão na carreira do magistério e dentro do sistema educacional eram grandes, embora algumas discriminações ocorressem dentro desse restrito grupo masculino, estabelecidas pela origem social diversa.

## PROFESSORAS: A DIFÍCIL ASCENSÃO

Por outro lado, a análise das trajetórias de vida contidas nos relatos das professoras entrevistadas permite-nos constatar justamente o oposto: apenas 7, entre 33, conseguiram sair do magistério primário e deixar as salas de aula; as demais, passaram por diferentes regiões e tipos de escola, mas aposentaram-se exercendo a atividade docente, como professoras primárias (várias delas de origem não modesta).

Tratar-se-ia, no caso, de um erro de amostragem? Isto é, teríamos deixado de lado justamente as mulheres que fizeram trajetórias diferentes por não termos tido condições de selecionar as pessoas que entrevistamos? Acreditamos que não, pois, do conjunto de aproximadamente 100 nomes de professoras que nos havia sido indicado, apenas uma mulher (que em vão tentamos entrevistar, falecendo ela nesse entretempo) conseguira chegar ao posto de inspetora escolar, naquela época.

Das sete mulheres que se destacaram do conjunto das que permaneceram como professoras primárias até se aposentarem, no interior ou na capital, apenas uma delas, que não fez carreira no ensino público, era formada no interior. Natural de Piracicaba, onde havia cursado duas escolas de nível médio simultaneamente, formou-se professora em 1925 pelo Colégio Piracicabano. Antes de exercer o magistério primário, foi farmacêutica, pois formara-se em Farmácia e também em Odontologia em Pindamonhangaba. Exerceu tal atividade inicialmente em uma pequena cidade do interior, mas ao casar-se acompanhou o marido a São Paulo, onde se tornou responsável por uma farmácia na Rua São Caetano. Nessa ocasião, já com um filho pequeno, apresentou-se a oportunidade de lecionar na Escola Renascença, de judeus, na qual atuou ativamente até se aposentar. Ademais, ajudou a fundar o Colégio Luís Fleytlysch, no Brás, do qual passou a ser diretora. Observa-se que, não sendo judia mas brasileira e muito católica, esta professora parece ter tido nessa instituição particular o reconhecimento dos conhecimentos que possuía, pois toda sua carreira fêz-se sem apoio de políticos ou indicações de outra natureza.

Outra professora, que também se projetou no ensino particular, formou-se na capital, na Escola Normal

Caetano de Campos. Teve uma trajetória distinta, pois tornou-se dona de escola particular, mas a partir de um projeto elaborado pela própria família. De resto, a classe média alta de São Paulo tinha por hábito criar externatos particulares para suas filhas professoras lecionarem, evitando, assim, que fossem começar carreira no interior.

As demais cinco professoras eram formadas pela Escola Normal Caetano de Campos, algumas na década de 10, outras depois de 1920, e todas elas conseguiram cargos ou projeção no ensino público. Mas, como se pode verificar pelo resumo de suas trajetórias, a projeção ou ascensão ocorreram mais em virtude de conhecimentos especializados obtidos através de cursos realizados e de longa experiência acumulada do que em virtude de suas “qualidades” como professoras primárias percebidas pelos superiores, como freqüentemente ocorria com os homens.

Assim, uma delas, após exercer o magistério primário por muitos e muitos anos, só foi efetivada como chefe do setor de Higiene Escolar da Secretaria de Educação porque havia se formado educadora sanitária e estava atuando nessa área há muito tempo. O mesmo ocorreu com outra professora, convidada para trabalhar no Serviço de Orientação Pedagógica após se ter formado em Pedagogia, e isto com mais de 20 anos de carreira. Só se tornou assistente na Escola Normal Caetano de Campos pouco antes de se aposentar, indo trabalhar depois no ensino particular, mas sem remuneração.

Outras três que tiveram trajetórias mais diversificadas também se realizaram graças às suas especialidades: uma em agronomia e veterinária, outra em história e outra em inglês. A primeira formou-se ainda em 1922, na Escola Normal Secundária; substituiu durante dois anos no Grupo Escolar do Arouche, e depois foi nomeada mediante indicação política para uma vaga em uma cidade do interior, de onde, por motivo de doença, voltou para São Paulo. Casou-se e pediu afastamento por tempo indeterminado. Só no início da década de 30 é que, em virtude de seus conhecimentos agrários, e já tendo voltado para a rede, foi convidada por Sud Mennucci para iniciar uma experiência de ruralismo pedagógico no Grupo Escolar do Butantã, então periferia de São Paulo. Trabalhou aí durante mais ou menos 10 anos, e, dado o sucesso da experiência, adquiriu projeção nacional; viajou a convite para outros estados, entre eles Minas Gerais, onde permaneceu dois anos, dando cursos e implantando novos projetos. Nessa ocasião, assumiu o cargo de Assistente do Ensino Rural do Estado, no qual se manteve até a aposentadoria. Em seus relatos, evidencia a mágoa pelo esfacelamento desse setor da educação depois de sua saída.

A outra professora, formada também pela Normal Secundária em 1916, só vai conseguir deixar suas atividades docentes no curso primário depois de ter prestado o vestibular e ingressado na recém-criada Universidade de São Paulo. Durante o curso recebeu

uma bolsa de dois anos para estudar na França; trabalhou como assistente não remunerada, função que perdeu quando o professor com quem trabalhava voltou para os Estados Unidos. Aí então foi convidada para trabalhar no Ginásio Pedro II e prestou concurso para a escola secundária. Tendo conquistado o 1º lugar, só conseguiu escolher e assumir a vaga que queria na Caetano de Campos depois de abrir um processo na Justiça e esperar um ano. Mais tarde, prestou concurso para diretora, cargo em que se aposentou, trabalhando em escolas do interior.

A professora especializada em inglês formou-se em 1925 e, logo em seguida, através de lei que privilegiava as primeiras colocadas no Curso Normal, vai lecionar como professora primária na Escola Modelo do Brás, até 1933, quando, graças à experiência adquirida (suas classes serviam de estágio aos normalistas) é convidada para lecionar Didática no Curso Normal. Em 1938, é nomeada para dar aulas extraordinárias de inglês, indo logo depois substituir o professor de inglês do Colégio Universitário, que mais tarde passa a Ginásio do Estado, no Parque D. Pedro II. Nesse ínterim, ganha uma bolsa de estudos e vai para a Inglaterra. Em 1949, transfere-se para a Caetano de Campos, onde se aposenta em 1954. Aposentada, continua dando aulas de inglês no Colégio Sion e na Cultura Inglesa.

De comum nas trajetórias destas poucas mulheres, há: as atividades sempre relacionadas às áreas do ensino e da docência propriamente ditas, seja enquanto orientadoras ou professoras de outros níveis; a ascensão a outras funções ou cargos em função de especializações obtidas, e não de meros apoios familiares ou políticos; a demora nos estágios da carreira, isto é, longas permanências enquanto professoras primárias, antes de passarem para alguma outra função. Os poucos cargos administrativos e de controle citados são exceções relativas às mulheres que chegam a diretoras — e, assim mesmo, pouco antes de se aposentarem —, o que constituía praticamente uma regra entre os homens, na rede pública.

Não se creia aqui que estas mulheres e as demais que foram entrevistadas não recorressem aos apoios políticos; pelo contrário, estes eram intensamente utilizados, e poucas não tiveram necessidade de, em algum momento de suas vidas, contar com esses apoios, às vezes fundamentais, para nomeações e remoções. Mas o que fica claro é que os cargos de chefia, a docência em outros níveis e a direção não foram obtidos por esses meios, contrariamente ao que foi constatado entre os professores.

Uma outra análise, de outra natureza, ou que exigisse um tratamento diferenciado dos relatos, permitiria certamente mostrar com mais detalhes como, nas trajetórias destas mulheres, especialmente das que se casaram, pesaram os papéis de esposa e de mãe: no abandono ou recusa de determinadas chances, ou, principalmente, na aceitação ou incorporação da profissão como sendo a única adequada — posição assumida pela maioria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação entre as trajetórias do conjunto de homens e de mulheres entrevistados leva assim à constatação de que havia um privilégio indiscutível dos primeiros, podendo-se pensar que isso ocorria tanto por influência das autoridades escolares, dentro do próprio sistema educacional, como era reforçado pelos vínculos estabelecidos com as forças políticas atuantes no estado.

O que os relatos indicam é que, tão logo era possível, esses homens que assumiram o magistério como profissão iam tentando direcionar suas carreiras para outros postos, e abandonar o espaço “feminino” das salas de aulas. Deixam de ser professores para se tornarem diretores, supervisores, formadores de professores, delegados de ensino, chefes da instrução pública etc. e, dessa maneira, continuam controlando a profissão já então maciçamente feminina. Para se ter uma idéia do destino dos normalistas que teriam passado pela Caetano de Campos ainda quando havia a separação do curso para homens e mulheres, tomamos um levantamento interessante feito por um ex-aluno, formado na turma de 1915<sup>4</sup>. Ele procurou verificar o que estariam fazendo, em março de 1940, os seus colegas de turma. Resultados: da listagem que nos foi apresentada, do total de 52 homens (para 236 mulheres), 19 não exerciam qualquer atividade ligada ao magistério e 4 haviam falecido; os demais, distribuíam-se entre: 9 adjuntos, 11 diretores, 4 professores de Escola Normal, 4 inspetores escolares e 1 no Ensino Ferroviário. Como se vê, quando permaneciam no sistema educacional, esses normalistas geralmente não se encontravam nas salas de aula como professores primários.

Aos professores homens, não se exigiam normalmente cursos de especialização como fundamento para suas promoções ou nomeações: “tudo era muito fácil”, afirmam alguns deles, e o relato abaixo dá um retrato final dessa situação corriqueira:

*“Mas acontece o seguinte: eu me formei, comecei a trabalhar e vai aparecer aqui (mostra o papel) o Dirceu como Inspetor do Ensino Normal. Absurdo! Vai aparecer o professor Dirceu aqui como Inspetor do Serviço de Justiça, no Departamento de Educação. Vai aparecer o professor, como Inspetor do Ensino Particular, de datilografia e até corte e costura — eu dei aula de corte e costura (risos) no colégio. O que mais tem aí? eu fui Presidente de Banca de Concurso de Remoção, até que... Bom, não sou eu, é o grosso do magistério que está nesse negócio aí. Os outros são como eu, somos das dez Normais primárias do estado, do nosso tempo, o Rugério e não sei quem mais. Muito bem. Aconteceu aqui uma coisa engraçada com o secretário que era o dono da A Exposição — foi nosso Secretário, o não sei o quê Carvalho, era o dono da*

4 Este levantamento nos foi cedido por sua esposa, uma de nossas entrevistadas.



Clipper e da A Exposição, chegou a nosso secretário; e esse então chegou um dia mandou me chamar disse: Professor Dirceu eu preciso que o Sr. me dê uma informação. Eu vejo aqui o Sr. como Inspetor do Ensino Normal, Inspetor de Justiça... o Sr. fiscalizando a fazenda em concurso de remoção, presidindo o congresso de ruralismo, o Sr. poderia me fazer o favor de relacionar os seus títulos de especialização. — Nenhum. E ele: — Como é que o Sr. disse? — Eu disse: — Nenhum. E ele — Não estou entendendo, como é que... — Eu também não sei explicar ao Sr. como é que é. Eu acredito, Sr. Secretário, que à força de vir trabalhando de secretário em secretário, de leis em leis, de cá para lá, foram me levando. Como a mim, dezenas de outros, que todos os que estão por aí — delegados de ensino, inspetores de ensino secundário — são todos meus colegas, e eu sou muito mais velho que eles ainda, eu sou da Praça... — que nesse ponto eu era luxento — eu sou da Praça da República, não sou de Botucatu, nem de Guaratinguetá, minha escola é da Praça da República — a minha era a maior. Então expliquei a ele que era o seguinte: é que naturalmente, por força de circunstâncias, o magistério foi procurando, aqui e ali, gente para tomar conta desse negócio.”

É interessante observar, finalmente, que não há reconhecimento por parte de nenhum dos entrevistados de que a facilidade de promoção geralmente ocorria apenas com os homens: a eles eram destinados, em primeiro lugar, os cargos de direção, inspeção e cargos técnicos e administrativos e eram deles ainda, até o final da Primeira República, os cargos de professores das Escolas Normais do estado. Uma análise por nós realizada da composição do corpo docente das dez Escolas Normais do estado, em 1929, permitiu concluir que às mulheres só eram destinadas as aulas de Desenho, Trabalhos, Ginástica, Música e a função de Professora Inspetora de Alunas — exceções foram constatadas para aulas de História e Didática na Escola Normal do Brás (*Livro Jubilar da Escola Normal da Capital*).

Profissão feminina, exercida pelas mulheres, mas ainda formadas pelos lentes homens das Escolas Normais, e controlada pelos administradores homens da rede de ensino. Em 1919, todos os grupos escolares do estado eram dirigidos por homens. Havia uma única exceção: a diretora do G.E. Maria José, da Capital (Antunha, 1976). Sem contar que dos círculos de intelectuais e de educadores paulistas, como o Instituto de Educação, fundado por educadores muito atuantes da década de 20, e no qual se discutiam os rumos da educação e as propostas pedagógicas da época, participavam geralmente também só os homens. Um dos entrevistados, que freqüentou esse Instituto, comenta sobre os que os constituíam:

“Em 1930, eu já estava formado, o Lourenço Filho e alguns outros educadores companheiros fundaram o Instituto de Educação, fundação particular. Ele, Almeida Jr., Sampaio Dória, Franklin de Almeida Campos, que era professor de fisiologia da Faculdade de Medicina, e outros nomes e deram-nos

ao que nos interessavam, que nos interessávamos, deram-nos cursos, deram-nos cursos de várias disciplinas. Almeida Jr. de biologia educacional, de fisiologia, o Frota e Franklin (?) também de fisiologia, o Dória de Psicologia e Lourenço Filho de ‘Escola Nova’, o curso de que saiu o livro dele Introdução do Estudo da Escola Nova publicado nesta época.”

Não é menos significativo que, até na Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (órgão representativo dos professores e atuante desde o início do século, receptivo a reivindicações, como a licença-gestante, que beneficiavam as mulheres), a participação das professoras fosse diferenciada.

Assim, segundo Catani (1989. p.72), havia professoras que desempenhavam a função de “mordomos” da Associação, cujas atribuições eram visitar mensalmente os associados enfermos, providenciar assistência médica e despesas com enterro, bem como representar a diretoria nas questões de auxílio material. E “pelas listas de mordomos que no primeiro ano foram nomeados e depois eleitos, publicadas na coluna que noticiava o movimento da Associação, constata-se a presença exclusiva de mulheres. Em contrapartida, nos diversos cargos de diretoria e conselho fiscal, nota-se a absoluta ausência da participação de associados do sexo feminino”.

Como se vê, as funções reservadas às professoras dentro de sua própria associação eram aquelas consideradas “tradicionalmente femininas”, ligadas à assistência social. A posição ocupada pelas professoras na Associação reflete suas pequenas possibilidades reais de ascensão na carreira pública, ou seja, o difícil ou quase impossível acesso a cargos diretos, destinados aos homens. Enquanto as mulheres permaneciam nas salas de aula, os professores galgavam rapidamente postos de planejamento, direção e chefia. Os homens ingressavam numa profissão feminina e mal remunerada para a maioria, porém numa “carreira” efetivamente masculina.

Todos estes elementos nos levam a lembrar aqui as observações de Michael Apple sobre a feminilização de profissões, e a sua pertinência ao que foi constatado neste conjunto de relatos de professores: “Iguamente importante é o fato de que à medida que empregos — autônomos ou não — são preenchidos por mulheres, há mais tentativas de controlar externamente tanto o conteúdo como os processos desses empregos. Assim, a separação da concepção e execução, e o que veio a ser chamado de desqualificação e empobrecimento de certos empregos constituem um conjunto de forças extremamente atuantes sobre o trabalho feminino” (Apple, 1988).

Realidade ou fantasia, não se poderia, para encerrar, deixar de anotar aqui a história que se conta, entre as entrevistadas, sobre a expulsão das professoras da Escola Normal da Praça. Ela retrata como as mulheres percebiam o controle que os homens lhes tentavam impingir e como reagiam a essa situação:

“É ...a expulsão das professoras, isso foi no começo, exatamente quando a Caetano começou a crescer, porque a Caetano era a Escola Normal

da Praça. E ela começou a crescer. E quando o crescimento chegou a um ponto, assim, resolveram que só professores dariam aula lá. E dispensaram as professoras. As professoras foram pra escola do Brás. Isso foi... é... 29, 30, por aí. E elas foram lá pra Escola do Brás. Eu sei que elas saíram e foram pra Escola do Brás. Mas quando chegaram na Escola do Brás, elas quiseram mostrar o valor. Então, cada uma montava o curso mais difícil que a outra. E tome matéria. Os alunos que agüentassem. Mas elas quiseram mostrar esse valor. É interessante que, se você se

reportar, depois, à grande melhoria da Caetano de Campos, você vai ver que são professores formados pelo Brás. Você tem a Noemy Silveira, a Juventina Santana. Todas são formadas pelo Brás. É. Elas estudaram no Brás. Depois elas vieram, ocuparam o Gabinete de Psicologia, o Gabinete de Pesos e Medidas, certo? Na Caetano, quer dizer, elas se projetaram."

Mais uma vez, no magistério, o questionamento das tentativas de controle se fazia, entre as mulheres, através da demonstração da competência.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ANTUNHA, Heládio C. Gonçalves. *A Instrução pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: FEUSP, 1976.
- APPLE, Michael. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.64, p.14-23, fev. 1988.
- BRUSCHINI, Cristina, AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.64, p.4-13, fev. 1988.
- CACOUAULT, Marlaine. Prof, c' est bien... pour une femme?. *Le Mouvement Social*, n.40, p.107-19, jui/sept. 1987.
- CAMPOS, Maria Christina S. de Souza. Formação do magistério em São Paulo: do Império a 1930. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.72, p.5-16, fev.1990.
- \_\_\_\_\_. *A formação dos professores no Brasil: do Império à Primeira República*. São Paulo, 1989a. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *A Formação dos professores em São Paulo: do Império até a Primeira República*. São Paulo, 1989b. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Passado e presente da formação dos professores no Brasil: uma análise das relações entre formação dos professores e processo de modernização da sociedade*. Essen, RFA, 1985. Tese (dout.).
- CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia-luz: estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo; 1902-1918*. São Paulo, 1989. Tese (dout.) FEUSP.
- DEMARTINI, Zeila B.F., TENCA, Álvaro, TENCA, Sueli. *Velhos mestres das novas escolas: um estudo das memórias de professores da 1ª República*. São Paulo: INEP/CERU, 1985. [Relatório de Pesquisa]
- DEMARTINI, Zeila B.F., ESPÓSITO, Yara, FERREIRA, Fátima. *Memórias de velhos mestres da cidade de São Paulo e seus arredores*. São Paulo: CERU/FCC, 1988. [Relatório de Pesquisa]
- DEMARTINI, Zeila B.F., ANTUNES, Fátima Ferreira. *Magistério primário no contexto da 1ª República*. São Paulo: CERU/FCC, 1991.
- INQUÉRITO de 1914 de "O Estado de São Paulo".
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Estória da educação no Brasil: de Pomboal a Passarinho*. Rio de Janeiro: Brasília, 1974.
- LIVRO Jubilar da Escola Normal da Capital. São Paulo, 1931.
- MENESES, João Gualberto de Carvalho. A Criação da estrutura administrativa do sistema escolar brasileiro. *Didática*, Marília (SP), n.9-10, p.99-110, 1974.
- MOACYR, Primitivo. *A Instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil; 1835-1889*. São Paulo: Nacional, 1939. v.2.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC, 1974.
- RECENSEAMENTO DO BRASIL. Brasília: IBGE, 1920.
- RODRIGUES, João Lourenço. *Um Retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Inst. Dona Anna Rosa, 1930.
- SAFFIOTI, Heleieth I. Bongiovani. *A Mulher na Sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação e da Saúde Pública. *Anuário do ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1936/37.
- TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: FEUSP, 1979.